

# AVE: Consumo anual de combustíveis alternativos nas cimenteiras aumentou mais de 600%

4 de Dezembro, 2018

A AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética partilha as conclusões do estudo “13 anos de Coprocessamento em Portugal”. De acordo com a nota enviada, “o uso do coprocessamento pelas cimenteiras portuguesas permitiu, desde 2005, aumentar o consumo anual de combustíveis alternativos de 42 mil toneladas para cerca de 300 mil toneladas”. O processo que permite valorizar resíduos sem potencial de reciclabilidade, já contribuiu com cerca de 4,0 milhões de euros em Valor Acrescentado Bruto para a economia nacional e na criação de 110 empregos no último ano.

Este processo, segundo o estudo que permite prolongar o ciclo de vida dos resíduos, tem sido um aliado na redução de custos operacionais e do impacto ambiental na indústria cimenteira. Desde 2005 que a utilização de combustíveis e matérias-primas alternativas na indústria cimenteira representou um valorização material e energética de mais de 7,5 milhões de toneladas de combustíveis alternativos e matérias primas secundárias, o equivalente ao volume ocupado por 700 campos de futebol com 1 metro de altura.

Neste sentido, alguns países europeus têm vindo a reconhecer que os resíduos industriais ou urbanos têm uma componente energética e material que pode ser utilizada como alternativa aos recursos naturais e aos processos de tratamento dedicado, como incineradoras e aterros, cujos custos são significativamente mais elevados face ao coprocessamento. No entanto, apesar do reconhecimento das vantagens deste processo, o baixo custo da utilização dos aterros em Portugal continua a incentivar o uso destas estruturas.

Num futuro próximo, a capacidade dos aterros existentes deve esgotar-se o que, aliado às restrições à utilização destes espaços previstas na regulamentação europeia, pode vir a incentivar ainda mais o uso de soluções mais custo-eficientes, como o coprocessamento.

De acordo com Luís Realista, Administrador da AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética, “o coprocessamento tem sido reconhecido com uma estratégia vencedora para todas as partes, já que oferece uma solução competitiva para o setor do cimento, tanto em termos ambientais e económicos, mas acima de tudo sociais. Se considerarmos que este processo já permitiu evitar CO2 equivalente a substituir 86 mil carros a gasóleo por carros elétricos, é possível ter uma ideia mais concreta do impacto do coprocessamento na sociedade portuguesa”.

O estudo apresentado, “permitiu-nos refletir sobre os últimos 13 anos, mas acima de tudo vai servir para pensarmos no futuro do coprocessamento. Uma das nossas metas é posicionar este processo na hierarquia dos resíduos entre a

reciclagem e a valorização energética dedicada, já que o coprocessamento ainda reconhecido nas metas nacionais de reciclagem”, acrescenta.

O coprocessamento tem também tido um impacto positivo na economia nacional, estimando-se que a atividade contribua 9,1 milhões de euros anualmente para a balança comercial portuguesa. Ao longo dos 13 anos de atividade, o coprocessamento evitou ainda a importação e o consumo de mais de 1,7 milhões de toneladas de combustíveis fósseis.

### **Futuro do Coprocessamento**

Com as cimenteiras a defender o papel fulcral do coprocessamento por forma a alcançar metas ambientais e económicas, o futuro deverá passar em grande parte pela descarbonização do setor. As estratégias para o setor, envolvendo o aumento do consumo de combustíveis alternativos ou a melhoria da eficiência térmica e elétrica no processo de produção de cimento, podem ser facilmente alicerçadas numa utilização ainda mais acentuada do coprocessamento para produção de combustíveis e matérias-primas alternativas.

Atualmente, as cimenteiras nacionais têm uma taxa de substituição térmica de cerca de 35%, mas a AVE estima que este número deve chegar aos 56% nos próximos 5 anos. Este aumento deverá ajudar a evitar a emissão de 480 mil toneladas de CO<sub>2</sub>-eq por ano.

Luís Realista conclui que, “a indústria cimenteira tem vindo a fazer avultados investimentos nas suas instalações para permitir o coprocessamento, mas é necessário um esforço adicional na procura de políticas estratégicas e de apoio ao setor dos resíduos para que possamos continuar a desenvolver eficazmente a nossa missão, sendo bem vindos ao setor outros consumidores, desde que devidamente equipados”.

Até 2023, estima-se que a atividade do coprocessamento permita evitar em média, cerca de 543 mil toneladas de CO<sub>2</sub> por ano, o que vai evitar a emissão de 3,3 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa.